

# *Contextualizando a história: a origem da invenção dos símbolos nacionais*

Contextualizing history:  
the origin of the invention of national symbols

*Anderson Alves de Souza*

DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2176148531351>

**Resumo:** Os símbolos nacionais desempenham importantes papéis sociopolíticos nos estados-nações modernos e estão profundamente entrelaçados com lutas pelo poder estatal. O principal objetivo deste trabalho é apresentar uma descrição do contexto histórico que envolveu a criação dos símbolos nacionais. A perspectiva adotada é a do paradigma modernista dos estudos sobre o nacionalismo (HOBBSAWM, 1989, 1992; SMITH, 1991). O estudo demonstra que os símbolos nacionais foram criados como aparato de apoio essencial para a propagação e desenvolvimento da ideologia nacionalista concebida principalmente pela burguesia liberal europeia do século XIX e como ferramenta de identificação popular com suas nações.

**Palavras-chave:** Ideologia. Nacionalismo. Símbolos Nacionais.

**Abstract:** National symbols play important socio-political roles in modern nation-states and are deeply embedded in struggles for state power. The main objective of this work is to present a description of the historical context involving the invention of national symbols. The theoretical perspective adopted in this work is the one provided by the modernist paradigm (HOBBSAWM, 1989, 1992; SMITH, 1991). The study demonstrates that national symbols were created as an essential tool for the spread and development of the nationalist ideology and for making the masses of people establish a relation of identification with their nation-states.

**Keywords:** Ideology. Nationalism. National Symbols.

## 1. Introdução

A eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos em 2017, calcada em uma campanha explicitamente xenófoba e sensacionalista, promoveu uma nova onda de sentimentos nacionalistas em uma grande parcela da população deste país (LEONHARDT, 2017). Com os *slogans* que anunciavam “*Os Estados Unidos em primeiro lugar!*” e “*Vamos fazer o Estados Unidos grande novamente!*”, Donald Trump se elegeu com a promessa de fechar suas fronteiras para povos menos “civilizados” que o seu.

A campanha de Trump fez amplo uso de símbolos nacionais americanos, tais como a bandeira, o hino nacional e figuras históricas, e explorou ao máximo seu apelo emocional. O poder que o uso dos símbolos nacionais têm de influenciar as pessoas é explicado por Smith, que afirma que

os símbolos nacionais, os costumes e as cerimônias são os aspectos mais poderosos e duráveis do nacionalismo. Eles personificam seus conceitos básicos, tornando-os visíveis e distintos para cada pessoa, comunicando os princípios de uma ideologia abstrata em termos palpáveis e concretos que evocam respostas emocionais instantâneas de todos os estratos de uma comunidade (SMITH, 1991, p. 77, nossa tradução).

No entanto, não é apenas em tempos de campanha eleitoral que o patriotismo é incentivado em uma população. O “amor” pela pátria é algo que os governos ensinam a seus cidadãos desde uma idade muito pequena e por diversos meios, tais como a instrução formal, os símbolos nacionais, os rituais, as tradições, os esportes nacionais e, em muitos países, o alistamento obrigatório nas forças armadas (HOBSBAWM, 1982, 1983, 1989, 1992; SMITH, 1991).

O objetivo deste trabalho é apresentar uma descrição acerca do contexto histórico que envolveu a criação dos símbolos nacionais. Esta descrição é importante porque mostra que o uso dos símbolos nacionais para fins políticos e de manipulação das massas, que Trump utilizou em sua campanha, já estava presente na própria origem da criação dos símbolos nacionais. A descrição aqui apresentada adota o paradigma modernista dos estudos sobre o nacionalismo e toma como base os estudos do historiador britânico Eric Hobsbawm. O paradigma modernista,

em oposição ao paradigma primordialista, é o mais influente na área de estudos sobre o nacionalismo (HOBSBAWM, 1992; SMITH, 1998), e as obras de Hobsbawm são consideradas essenciais para o entendimento do nacionalismo.

A importância da descrição do contexto histórico aqui apresentada também encontra respaldo no conceito de contexto de cultura utilizado por Halliday (1989, 1999) e outros pesquisadores inseridos no campo de estudos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF). De acordo com Halliday (1989, 1999), o termo contexto de cultura foi cunhado pelo antropólogo Bronislaw Malinowski, em 1923, para se referir ao panorama cultural mais amplo onde as interações linguísticas são produzidas e aos significados e valores que lhes são atribuídos pelos membros da cultura que as produzem. Baseando-se em Malinowski, Halliday (1989, p. 49) define o contexto de cultura como “o fundo institucional e ideológico que dá valor a um texto e restringe a sua interpretação”. Esta definição foi posteriormente desenvolvida em Halliday (1999, p. 17), onde o autor explica que o conceito de contexto de cultura **não** se refere à “cultura no sentido tradicional”, ou seja, “às ideias, costumes e valores herdados do passado”. Em vez disso, para Halliday, contexto de cultura significa a totalidade de “todos os diferentes tipos de situação que ocorrem” em um determinado sistema social, visto como um potencial para a criação e a troca de significados entre seus membros.

Como uma forma de esclarecer a sua noção de contexto de cultura, Halliday cita como exemplo o caso de um grupo de cientistas de Cambridge que estavam tendo aulas de chinês com ele e que queriam ler textos científicos escritos por pesquisadores chineses. Ao ser questionado por seus estudantes se era necessário ter conhecimento sobre a cultura chinesa, no sentido popular do termo, isto é, seus valores tradicionais, crenças e estilos de vida para entender textos científicos em chinês, Halliday explicou-lhes que o contexto de cultura que se tem que aprender, a fim de compreender tais textos não é o da cultura tradicional da China. Cultura, no contexto de produção e leitura de artigos científicos, Halliday argumenta (1999, p. 17), “significa a cultura da ciência moderna, quer seja ela praticada por um chinês, um inglês, um australiano, um vietnamita ou qualquer cientista de outra nacionalidade”.

De modo similar, argumentamos que para uma melhor compreensão acerca do contexto de cultura envolto na prática moderna de utilização de símbolos nacionais, quer seja nos Estados Unidos, França,

Brasil, Venezuela, Chile ou qualquer outro país, faz-se necessário compreender o contexto maior da ideologia nacionalista que deu origem às suas práticas simbólicas e discursivas.

## **2. A origem da invenção dos símbolos nacionais**

Embora o conceito de patriotismo, ou seja, a identificação coletiva de indivíduos com um estado-nação, possa parecer um fenômeno natural e remoto, historicamente falando, ele é um fenômeno relativamente recente (HOBSBAWM, 1989, 1992). Sua origem está relacionada ao início do século XIX, quando a maioria dos estados-nações que conhecemos hoje nem sequer existiam ainda. De acordo com Hobsbawm (1992), o sentimento patriótico se tornou um instrumento de manipulação das massas quando as lutas pelo poder estatal assumiram novas formas devido à modernização dos meios de produção, à democratização da política e ao aparecimento de ideologias conflitantes como o liberalismo, a democracia, o socialismo e o nacionalismo.

De acordo com Hobsbawm (1992), o processo historicamente moderno de “formação de nações”, que teve seu início no começo do século XIX, foi inicialmente concebido pela burguesia europeia liberal e seus intelectuais. Para eles, uma nação deveria ser única e indivisível. “A ‘nação’ assim concebida, seria composta pelo conjunto de seus cidadãos, cuja soberania coletiva constituiria um estado que seria sua expressão política” (HOBSBAWM, 1992, p. 18-19, nossa tradução). Para Hobsbawm (1992, p. 22), esse conceito de nação poderia ser representado pela equação “estado = nação = povo”.

Entretanto, embora este novo conceito de nação, em teoria, estabelecesse que o futuro de uma nação deveria ser decidido pela soberania coletiva de seu povo, na prática, a burguesia liberal dominante não estava disposta a compartilhar seu poder político com as classes mais baixas da população. Hobsbawm (1989) explica que na raiz das preocupações da burguesia liberal estavam seus interesses econômicos e políticos. Eles temiam que qualquer intervenção política engendrada pelas “massas ignorantes e brutalizadas do povo, incapazes de entender a lógica elegante e salutar do mercado livre de Adam Smith”, certamente levaria a uma revolução social (HOBSBAWM, 1989, p. 85, nossa tradução).

Este aspecto do liberalismo também é confirmado por Rémond (1997), que declara que

[o] liberalismo tomará todo o cuidado para não entregar ao povo o poder de que o povo privou o monarca. Ele reserva esse poder para uma elite, porque a soberania nacional, de que os liberais fazem alarde, não é a soberania popular, e o liberalismo não é a democracia (RÉMOND, 1997, p. 32, nossa tradução).

Até o fim do século XIX, a principal forma de organização política presente na maioria dos países ocidentais eram as monarquias absolutistas (HOBSBAWM, 1989, 1992; SMITH, 1987, 1991, 1998). Essas monarquias postulavam sua legitimidade com base na doutrina do direito divino dos reis, que pregava que o monarca “reinava em virtude da autoridade de Deus; portanto, ele deveria ser obedecido em todas as coisas” (SPARKS; ISAACS, 2004, p. 69, nossa tradução). O status político de homens e mulheres comuns, nas monarquias dessa época era o de súditos, e não de cidadãos, e sua obrigação para com seus governantes era demonstrada por meio de “obediência e tranquilidade, e não lealdade ou zelo” (HOBSBAWM, 1992, p. 75, nossa tradução).

De acordo com Hobsbawm (1992), houve quatro elementos que contribuíram para fazer com que homens e mulheres, que estavam acostumados com a realidade de viver em pequenas comunidades, formassem o que o autor chama de laços de identificação “protonacionais” e passassem a conceber o conceito maior e mais abstrato de nação. Estes quatro elementos foram: língua, etnia, religião e consciência histórica. É importante mencionar, porém, que, para Hobsbawm (1992), esses elementos por si só não são suficientes para fazer um grupo de pessoas desenvolver um sentimento de pertencimento nacional. É preciso também um grupo de intelectuais para dar forma e movimento a esses elementos protonacionais.

O apelo da burguesia liberal ao conceito de identificação nacional começou a ocorrer de forma mais acentuada após a Revolução Francesa, quando a modernização dos Estados e o início da democratização da política forçaram os governos a ter que lidar com dois tipos principais de problemas para governar as grandes massas de pessoas que começaram a se formar a partir da revolução industrial.

A primeira foi a questão técnico-administrativa de estabelecer um sistema de organização e comunicação com todos os cidadãos que viviam dentro do território de um determinado estado, exigindo assim a “construção de uma máquina de administração e agência, compos-

ta por um corpo muito numeroso de agentes, e que automaticamente levantou a questão da escrita ou mesmo a língua falada ou línguas de comunicação dentro do estado” (HOBBSAWM, 1992, p. 82). O segundo e mais delicado problema foi garantir a lealdade e a identificação dos cidadãos com os Estados e suas elites governantes, uma vez que os governos já não podiam mais contar com “formas antigas – principalmente religiosas – de garantir subordinação, obediência e lealdade” (HOBBSAWM, 1989, p. 105).

Em outras palavras, a democratização da política e a modernização dos estados obrigaram os governos a levar em conta as opiniões dos seus cidadãos. Além disso, os governos começaram a precisar de maior participação de seus cidadãos como contribuintes de impostos e como soldados para as guerras. Assim, tornou-se imperativo para as classes dominantes de cada país desenvolver novas formas de mobilizar seus cidadãos em seu favor. A premência desse fato tornou-se ainda mais urgente quando novas ideologias políticas, como a democracia e o socialismo, começaram a atrair o interesse e a lealdade de uma imensa nova classe de trabalhadores de fábrica criada pela revolução industrial.

Este foi o momento em que apareceram os símbolos e as tradições nacionais na cena política, que Hobsbawm (1989, p. 105) descreve como “o momento em que os governos, intelectuais e empresários descobriram o significado político da irracionalidade”. Ele explica que

a vida política, assim, tornou-se então cada vez mais ritualizada e preenchida com símbolos e apelos de publicidade explícitos e subliminares. Uma vez que as formas antigas - principalmente as religiosas - de assegurar subordinação, obediência e lealdade haviam se desgastado, a necessidade agora premente de algo para substituí-las foi resolvida pela *invenção* da tradição, usando ambos evocadores antigos e já experimentados de emoção, como a simbologia da coroa e da glória militar [...] (HOBBSAWM, 1989, p. 105, nossa tradução, itálico no original).

Hobsbawm (1989, p. 105) também afirma que o papel estratégico e político que os símbolos nacionais começaram a ter na socialização de sentimentos patrióticos em populações inteiras levou Estados e governos a conduzir “uma guerra silenciosa dentro de suas fronteiras pelo

controle dos símbolos e ritos de pertencimento à raça humana [...]”. A utilização de símbolos nacionais pelos governos e outros movimentos nacionalistas tornou-se mais intensa com a invenção de novas tecnologias, tais como a imprensa, o cinema e o rádio. Hobsbawm (1992, p. 142) argumenta que “por esses meios de comunicação, as ideologias populares puderam ser padronizadas, homogeneizadas e transformadas, bem como, obviamente, exploradas para fins de propaganda deliberada por setores privados e estados” (nossa tradução).

O apelo à lealdade patriótica e aos símbolos nacionais, portanto, ganhou força quando a burguesia liberal europeia foi confrontada por demandas democráticas populares, e quando o conceito ainda jovem de estado-nação ficou ameaçado por ideais socialistas e de outros movimentos nacionalistas não oficiais que procuravam a independência de estados maiores.

A influência da ideologia nacionalista e do poder de seu simbolismo rapidamente se espalharam da Europa para outros continentes e ajudou a produzir a maioria das nações que compõem o atual mapa político mundial.

### **3. Considerações finais**

O nacionalismo ultrapassou os séculos XIX e XX e tudo indica que continuará sendo um fenômeno presente em nosso mundo “globalizado”, como temos visto recentemente nos Estados Unidos com Donald Trump, com Marine Le Pen na França, com Vladimir Putin na Rússia e com a saída do Reino Unido da União Europeia.

A luta pelo poder político e sua manutenção sempre foi uma questão de importância vital para os governos e suas classes dominantes. Por esta razão, aqueles que têm o poder constantemente tentam ganhar adeptos para proteger o seu domínio e sistema de governo contra a ameaça de grupos rivais. Da mesma forma, aqueles que não têm o poder lutam constantemente para ganhar apoiadores em uma tentativa de alcançá-lo (FAIRCLOUGH, 1989, p. 68). De acordo com Fairclough (1989, p. 33), de modo geral, aqueles que detêm o poder têm duas maneiras de exercê-lo e mantê-lo: a coerção e o consentimento. A coerção envolve a ameaça do uso da força e da violência física; o consentimento envolve o uso da linguagem e da ideologia. Fairclough (1989, p. 34) afirma que destas duas formas, o consentimento é o meio “menos caro e menos arriscado” de controlar um povo.

A melhor forma de lutarmos contra governos, políticos e ideologias autoritárias e oportunistas é por meio da educação crítica, do uso da linguagem em debates sérios e honestos e da democracia solidária.

## Referências

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. Londres: Longman, 1989.

Anderson  
Alves de Souza

106

HALLIDAY, M. A. K. Coda: text, context, and learning. In: HALLIDAY, M. A. K. ; HASAN, R. (Org.). **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1989. p. 44-49.

\_\_\_\_\_. The notion of “context” in language education. In: M. GHADESSY (Org.), **Text and context in functional linguistics**. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1999. p. 1-24.

HOBBSAWM, E. J. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. The invention of tradition. In: HOBBSAWM, E. J.; RANGER, T. (Org.). **The invention of tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. p. 1-14.

\_\_\_\_\_. **The age of empire: 1875-1914**. New York: Vintage Books, 1989.

\_\_\_\_\_. **Nations and nationalism since 1780: Programme, myth, reality**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

LEONHARDT, D. The Urgency of Ethnic Nationalism. **The New York Times**, New York, 25 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/04/25/opinion/le-pen-trump-ethnic-nationalism.html>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

RÉMOND, R. **O século XIX: 1815-1914**. 12. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1997.

SMITH, A. D. \_\_\_\_\_. **The ethnic origins of nations**. Oxford and New York: B. Blackwell, 1987.

\_\_\_\_\_. **National identity**. Nevada: University of Nevada Press, 1991.

\_\_\_\_\_. **Nationalism and modernism**. London: Routledge, 1998.

SPARKS, C.; ISAACS, S. **Political theorists in context**. London and New York: Routledge, 2004.

Recebido em fevereiro de 2018

Aceito em abril de 2018

*Contextualizando a história*

---

107

